



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

REAL

UM NOVO COMEÇO



BRASÍLIA
1995

REAL

UM NOVO COMEÇO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

REAL

UM NOVO COMEÇO

BRASÍLIA
1995

Brasil. Presidente, 1995— (F.H. Cardoso)

Real : um novo começo. — Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

38p.

Conteúdo: — O Real e as Perspectivas da Economia, Persio Arida ; — O Real e a Sociedade, Bolívar Lamounier; — O Real e a Credibilidade Externa, Rubens Ricupero.

1. Real (Moeda) — Brasil. 2. Política Econômica — Brasil. 3. Plano Real — Brasil — Política Externa. I. Cardoso, Fernando Henrique, Presidente do Brasil, 1991— II. Título

CDD 338.981

SUMÁRIO

O REAL E AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA • 5

Persio Arida

O REAL E A SOCIEDADE • 9

Bolívar Lamounier

O REAL E A CREDIBILIDADE EXTERNA • 19

Rubens Ricupero

O REAL E AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA

Persio Arida^(*)

Pela primeira vez, em mais de duas décadas, a inflação brasileira oscila entre 20% e 25% ao ano, sem congelamentos de preços ou artificialismos. Os níveis de atividade, emprego e salários reais superam, com folga, aqueles registrados há um ano. Renasce, aos poucos, a memória da constelação de preços nominais, e com ela a funcionalidade do sistema de preços relativos e dos contratos como indutores de eficiência na alocação de recursos.

Os ganhos da estabilidade são evidentes para todos. A inflação é uma agressão à cidadania, imposto perverso a incidir sobre aqueles cuja renda minguada sequer lhes permite a abertura de uma conta bancária. É uma fraude ao trabalho ao frustrar, no final da jornada, a expectativa do trabalhador quanto ao valor real de seus rendimentos. Acarreta distorções na poupança e no investimento ao tornar o futuro volátil e incerto, impossibilitando o planejamento e a consistência das decisões ao longo do tempo.

(*) Persio Arida é PhD pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e foi presidente do BNDES e do Banco Central.

Hoje, já começamos a desfrutar os benefícios da estabilidade. O apoio da população ao programa de estabilização bem o demonstra. Estamos aprendendo a resistir ao canto de sereia da correção monetária ditada por lei. Tão entranhada na nossa cultura está a crença no direito adquirido da correção monetária que esta nos parece decorrer de um imperativo ético. As leis, no entanto, servem para criar o ambiente adequado ao florescimento da iniciativa produtiva, jamais para fixar o valor real de qualquer variável econômica, seja ela salários, juros, aposentadorias, câmbio ou tarifas. A cultura da correção monetária levou-nos a esquecer o fato básico da vida econômica: o crescimento e a melhoria dos padrões de vida, tanto dos indivíduos, quanto dos países, vem do esforço e do trabalho, dos aumentos de produtividade e eficiência, e não do ilusionismo dos reajustes automáticos ditados pelas cláusulas jurídicas de "proteção do valor real".

Estamos, também, habituando-nos a olhar de frente a realidade. Na dança enlouquecida dos preços, o processo inflacionário impede que as pessoas compreendam a real situação financeira em que se encontram. Os indivíduos não conseguem saber quanto poupam ou gastam como proporção de sua renda porque renda, poupança e gastos oscilam ao sabor de movimentos de preços e salários que não se consegue antever. Os balanços das empresas tornam-se quase ininteligíveis, os orçamentos dos governos perdem significado. Encontrar uma unidade de valor alternativa — ORTN, BTN, dólar, cruzeiros corrigidos pelo IGP, entre tantas outras criadas pela nossa fértil imaginação — ajuda, mas não resolve, porque não há deflator que capte, sem distorções, os efeitos reais provocados pelos alucinantes movimentos de preço típicos da alta inflação. A inflação é véu espesso, que tudo perturba e desfigura.

Com a estabilidade, dissipam-se as ilusões. A moeda, quando seu valor de compra é estável, põe fim à discussão sobre os deflatores. A realidade das finanças transparece a olho nu, na comparação simples e direta de valores nominais. As restrições orçamentárias adquirem clareza solar. O choque de realidade trazido pela estabili-

dade de preços pode, muitas vezes, traçar um quadro mais sombrio do que se imaginava. Mas é a única base sólida a partir da qual indivíduos, empresas e governos podem tomar decisões de qualidade na alocação de seus recursos.

Em que pesem os bons resultados obtidos e o apoio da população, é prematuro julgar que a estabilização é página virada de nossa história. Só a ingenuidade permitiria supor que se pudesse, em período tão curto de tempo, erradicar de vez o mal que nos aflige há tantos anos. A estabilização é ainda frágil. Estamos dando os primeiros passos no caminho que há de nos conduzir a transformações estruturais de grande alcance. A consolidação definitiva do programa de estabilização exigirá a construção de um novo quadro de referência para a política fiscal e para a previdência, que possibilite alavancar a poupança doméstica. Exigirá, também, aprofundamento maior ainda da abertura comercial e financeira em curso, uma privatização radical que confine o Estado às atividades intrinsecamente públicas, uma desregulamentação abrangente da atividade econômica que conceda liberdade aos agentes econômicos para pactuar contratos e competir livremente, e a redução dos custos domésticos de produção, para citar apenas alguns de seus requisitos. Exige, sobretudo, que se mantenha a mudança de postura com relação à inflação, que tanto diferenciou o Real dos programas anteriores.

O fato é que a estabilidade de preços é, antes de mais nada, *fidúcia* — confiança no padrão monetário. Confiança, por sua vez, não se impõe, conquista-se. Até o Real, nossa atitude diante da inflação foi complacente em demasia. Acreditamos que seria possível exorcizar a inflação por meio da correção monetária, sacrificando a dura disciplina necessária para manter a estabilidade de preços em nome do crescimento econômico ou das políticas sociais voltadas aos excluídos. O resultado foi o desencanto com as promessas de desinflação, um desempenho econômico muito abaixo do nosso potencial e uma das piores distribuições de renda do mundo. Contrariamente ao senso-comum, é a estabilidade de preços que cria as

condições para o desenvolvimento sustentado e a equidade distributiva e não vice-versa.

Ao longo deste primeiro ano, pudemos desluzir muitas das suspeitas que sombreavam o novo padrão monetário. Importa persistir no mesmo caminho, não contemporizando com objetivos outros que não a estabilidade de preços. Mostra a experiência internacional que, no longo prazo, países que mantiveram taxas baixas de inflação cresceram, em média, mais do que aqueles que toleraram altas taxas. Mais do que uma reforma monetária bem sucedida, singular em seu caráter processual e pré-anunciado, o Real é um projeto de modernidade, construído democraticamente pelo País.

O REAL E A SOCIEDADE

Bolívar Lamounier^(*)

Três demônios aproveitaram-se da crise dos anos 80 para alojar-se profundamente no subconsciente dos brasileiros. O primeiro foi uma crescente sensação de impotência no combate à inflação, fruto de sucessivos fracassos. O segundo foi nossa alegada incapacidade de formular um “projeto nacional” — um novo modelo de desenvolvimento. O terceiro, filho dos dois anteriores, foi a suposição generalizada de que teríamos de passar por um processo sucessório presidencial fortemente polarizado em 1994 — e sofrer por um bom tempo as consequências desse tipo de antagonismo —, para só depois retomarmos o caminho da efetiva recuperação e da governabilidade. Este último demônio agigantou-se extraordinariamente em função dos acontecimentos que se seguiram à eleição de 1989: outra grande frustração no controle do processo inflacionário, o trauma do *impeachment* e as dificuldades iniciais enfrentadas pelo governo Itamar Franco. Durante o ano de 1993, a convicção gene-

(*) Bolívar Lamounier, cientista político, é pesquisador *senior* do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP).

realizada ainda era de que a sucessão presidencial seria necessariamente tensa, com forte polarização entre direita e esquerda e militâncias aguerridas enfrentando-se nas ruas. O vencedor herdaria todos os problemas já antes existentes — e mais os que provavelmente decorreriam desse nível de antagonismo eleitoral. Por mais que implorassem o merecido sepultamento histórico, certos simplismos ideológicos ainda vagavam por aí, como mortos-vivos. Resumindo, a atmosfera política do país assemelhava-se à daqueles velhos contos de terror psicológico. Para livrar-se destes três demônios, o país teria de abrir seu velho sótão e submeter-se fisicamente ao confronto com os horrores que povoavam seu combalido imaginário.

Nem é preciso dizer que os três demônios trabalhavam em conjunto. Sem estabilidade monetária, a discussão sobre um novo “projeto nacional” mal ultrapassava os limites da lamúria; a poucos meses de um processo sucessório antevisto como traumático, parecia impossível conferir credibilidade a qualquer plano de controle da inflação, e aí o círculo se fechava, reforçando sombrios prognósticos de tensão social e até de possível instabilidade política. Hoje, graças ao Plano Real, a situação é outra. Tanto na economia, como na política, passamos do mais nefando baixo astral a um clima psicológico de amadurecida confiança. Clima que, por si só, resolve muitos problemas, visto que o Brasil, apesar de todas as dificuldades dos anos 80, não se reconhece na estagnação. Ao contrário de outros países, nunca desenvolvemos uma “cultura de decadência”. Sabemos que o progresso não virá a nós se nada fizermos para ir ao seu encontro. A verdade é que somos um país até um tanto *prometéico*, que luta pela transformação econômica e a vê de maneira altamente positiva, como o único caminho possível para a melhoria dos padrões de vida e uma melhor integração da sociedade. Mas cabe aqui a pergunta: como ocorreu essa mudança tão rápida, se estávamos internamente desnorteados e externamente desacreditados há apenas dois anos? Estaremos talvez sucumbindo a uma nova ilusão, ou estará esse novo otimismo a que me refiro devidamente lastreado na realidade política e econômica?

Não é preciso recapitular toda a história para vermos que os três demônios foram golpeados de uma só vez pelo Plano Real, ou, mais exatamente, pelo processo que começou com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda e culminou em sua eleição para a Presidência da República, já no primeiro turno. Com a nomeação de Fernando Henrique para a Fazenda o presidente Itamar Franco dava forte prioridade ao combate à inflação, sem necessidade de explicitar que esse combate seria feito sem sobressaltos, sem quebra de contratos, sem precipitação e sem teatralidade. E assim foi feito, desde as primeiras negociações com o Congresso a respeito do ajuste fiscal até a introdução da Unidade Real de Valor e, finalmente, em julho de 1994, a substituição do Cruzeiro pelo Real. Assim como não se perpetrou nenhum sobressalto, tampouco se deixou de dizer que a estabilização é um “processo”, ou seja, que o Plano Real requer aprofundamento, inclusive mediante reformas constitucionais. A grande massa dos cidadãos de baixa renda passou a vivenciar e a valorizar a estabilidade monetária — ambiente que milhões simplesmente desconheciam. Hoje podemos dizer, sem exagero, que o círculo vicioso criado pelos três demônios foi quebrado e se acha em grande parte revertido, passando a operar como círculo virtuoso.

As mudanças políticas e psicológicas impulsionadas pelo Real já nos permitem afirmar que um novo “projeto nacional” está ganhando forma, bem diante de nossos olhos. Para que ele assuma sua forma definitiva, faz-se mister corrigir a espinha dorsal econômica do país, ainda vergada pelas disfunções do modelo que vínhamos seguindo há cerca de 60 anos — ou seja, desde a chamada “era Vargas”. O debate sobre se outros caminhos teriam sido mais profícuos naquela época é legítimo e deverá ser aprofundado pelos estudiosos acadêmicos nos anos vindouros. Para os fins da presente análise, importa apenas reconhecer que, bem ou mal, o modelo baseado na substituição de importações permitiu a transformação acelerada de nossa velha economia agrário-exportadora em uma economia industrial respeitável, com enorme potencial de desenvolvimento, uma vez corrigidas as distorções que acumulou no decor-

rer dessas seis décadas. Embora eficaz na promoção do crescimento, esse modelo também ensejou as distorções típicas de uma economia excessivamente fechada e protegida, portanto congenitamente inflacionária e concentradora de renda — disfunções estas que foram agravadas, em nosso caso, pela insuficiência do investimento em capital humano, fruto de várias décadas de miopia no tocante ao ensino básico e às demais políticas sociais. Nesse sentido, o novo “projeto” brasileiro de desenvolvimento significa, fundamentalmente, a opção por uma economia mais aberta, perseverante na busca da estabilidade monetária e da competitividade sistêmica, e fundada em ações muito mais enérgicas do poder público no que diz respeito ao sistema educacional e à redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Não precisamos nos estender sobre a progressiva constituição desse novo modelo de desenvolvimento, que é sabidamente fruto tanto de mudanças internas como do processo de globalização da economia mundial. O que interessa à presente análise é que hoje, sob o impulso do Plano Real, dispomos do indispensável combustível político para começar a transformá-lo em realidade. O que chamamos de “projeto nacional” não é um simples arrazoado tecnocrático, nem fruto de alguma fixação ideológico-doutrinária. É, em parte, visão estratégica, que precisa da reflexão tecnicamente treinada para ter consistência, e, em parte, mobilização de esforços para a efetivação de grandes objetivos, o que pressupõe significativa acumulação de capital político. Se hoje recuperamos, como país, nossa capacidade de pensar e agir estrategicamente, é porque nos convencemos de que o mundo mudou e porque refletimos sobre os sucessivos reveses colhidos na ilusão de que poderíamos debelar o processo inflacionário, sem atuar energicamente sobre suas causas estruturais, mormente as que dizem respeito aos desequilíbrios do setor público. Existe, pois, uma conexão fundamental — diria mesmo um encadeamento imperativo — entre o Plano Real e a reformulação do projeto brasileiro de desenvolvimento ora em curso. Iniciada a estabilização da moeda e apontadas as reformas necessárias à reorganização estrutural do país, dificilmente outro candidato even-

tualmente vitorioso na eleição de 1994 poderia ter contrariado essa poderosa lógica. Ao demonstrar palpavelmente aos cidadãos as vantagens da estabilidade, o Real estabeleceu uma dinâmica política na qual o comportamento do Executivo e do Legislativo torna-se necessariamente mais cooperativo, sob pena de provocar retrocessos e trazer de volta a instabilidade. Com o fracasso da revisão constitucional unicameral e por maioria absoluta prevista no artigo 3º das Disposições Transitórias, as alterações necessárias terão de ser feitas, como de fato está ocorrendo, mediante aprovação por três quintos na Câmara e no Senado, em dois turnos de votação. Caminho difícil, sem dúvida, e que talvez fosse impensável sem o encadeamento instaurado pelo Plano Real. Na democracia, a divergência e a crítica são normais, salutares e mesmo indispensáveis, mas a oposição leviana e intransigente a um processo de reformas desta magnitude, amplamente legitimado pelas urnas, exporia os que se colocassem nessa posição à censura da opinião pública. Também neste sentido, podemos afirmar que o ambiente político criado pelo Real traz embutido poderosas pressões no sentido do entendimento entre o Executivo e o Legislativo, pois torna evidente que a alternativa é o risco de voltarmos à inflação, a frustração de expectativas hoje amplamente compartilhadas pela sociedade e uma impensável postergação da recuperação econômica.

Nosso terceiro demônio, a anunciada radicalização eleitoral de 1994, foi uma autêntica batalha de Itararé — aquela que não houve. Em vez do esperado antagonismo, tivemos — e devemos lembrar disso com uma ponta de orgulho — uma das campanhas presidenciais mais serenas da história da América Latina. Convém ressaltar que a democracia brasileira, embora padeça de imperfeições institucionais reconhecidas, que deverão ser sanadas no devido tempo, é informalmente robusta. O retrospecto dos anos 80 mostra que ela sobreviveu e se enriqueceu admiravelmente numa década que tinha tudo para ser destrutiva. A transição do regime militar ao civil se deu no momento em que as condições econômicas internacionais se tornavam sumamente adversas ao Brasil, na esteira da elevação dos preços do petróleo e dos juros, no final dos anos

70, e da crise da dívida externa, no início dos anos 80. Estas adversidades repercutiram de maneira fortemente negativa sobre a situação interna, agravando as dificuldades inerentes a qualquer processo de transição entre regimes políticos. Acrescente-se que o excessivo gradualismo da abertura política e a fragilidade da estrutura de partidos debilitaram os dois lados — os governos militares que se afastavam e as lideranças civis que se preparavam para o exercício do poder —, reduzindo o que se poderia chamar de montante agregado de autoridade e deixando assim plantadas as sementes de novas dificuldades. A Constituinte de 1987-1988, por razões que não cabe aqui examinar, refletiu e de certa forma amplificou esses problemas, petrificando no texto constitucional conceitos econômicos e outros relativos à estrutura do Estado que começavam a ser revistos e flexibilizados por toda parte. Com o esgotamento do Plano Cruzado e o insucesso dos que se lhe seguiram, chegamos ao final da década com uma equação que parecia insolúvel. A eleição de 1989 — saudada em tom um tanto redencionista como “a primeira eleição presidencial direta após 29 anos”, condição *sine qua non* para a recuperação da governabilidade, não correspondeu, na sequência dos acontecimentos, aos resultados esperados, culminando no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Chegamos assim ao limiar dos anos 90 com o fosso entre as instituições formais e a opinião pública perigosamente aprofundado, não obstante a democracia desse seguidas provas de robustez informal e o debate público se desenvolvesse de maneira vigorosa.

Graças a suas credenciais como intelectual e homem público, ao impacto do Plano Real e ao projeto nacional nele implícito, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se já no primeiro turno, com uma das maiores votações para presidente da história republicana. A extrema nitidez desse mandato deve ser ressaltada. Fernando Henrique decididamente não é um líder “carismático” no sentido comum desse termo, ou seja, um líder ao qual parcelas da sociedade se vinculem como que incondicionalmente, movidas por uma devoção emotiva aparentada à devoção religiosa. Avantajando-se eleitoralmente sobre seis outros candidatos — entre os quais três ex-go-

vernadores de estado e o maior líder sindical da história brasileira, Fernando Henrique recebeu, isto sim, um voto programático, vale dizer, um crédito de confiança por ter feito o que disse que faria e por ter explicitado claramente o que ainda falta fazer. Nas modernas democracias de massas, é raro as urnas mandarem um recado tão nítido. Pode-se, sem dúvida, afirmar que o resultado de 1994 foi um quase-plebiscito: uma manifestação amplíssima pela atenuação dos acirramentos políticos, pelo sepultamento das ideologias (pelo menos na forma jurássica em que às vezes são verbalizadas), pelo prosseguimento do programa de estabilização e pela efetivação das indispensáveis reformas estruturais.

É importante observar que a campanha de 1994 não se caracterizou por uma verdadeira polarização eleitoral, e menos ainda por antagonismos pessoais ou ideológicos acentuados. Ao contrário do que ocorrera no pleito presidencial anterior, em 1994 o “centro” foi plenamente ocupado pelo candidato vitorioso. Lula ocupou o espaço à esquerda, mas não o mobilizou com a mesma intensidade de 1989, e nem seria concebível que o fizesse, dado o colapso do chamado “socialismo real” e a perplexidade que tomou conta dos movimentos de esquerda pelo mundo afora. Na reta final da campanha, embora as pesquisas indicassem uma vantagem pequena de Fernando Henrique sobre a soma dos demais candidatos, poucos duvidavam de que a eleição seria decidida no primeiro turno, não tanto em razão dos números, mas do desejo de continuidade que se havia estabelecido. A aritmética da eleição em dois turnos exige que se compare o percentual do candidato que lidera a campanha com a soma dos demais, e daí advinha, na eleição de 1994, a impressão ilusória de um quase equilíbrio. O que de fato ocorreu foi uma forte convergência, por todas as razões acima examinadas, em relação à candidatura Fernando Henrique.

O fato de que a campanha de 1994 tenha se desenvolvido dentro de um clima de absoluta normalidade representa um passo importantíssimo no sentido da consolidação da democracia representativa em nosso país. No tocante às instituições políticas formais,

há muito por fazer, sem dúvida, a começar pela revisão da legislação eleitoral e partidária. Mas a sedimentação da democracia é um processo que depende de muitos outros fatores, além da adequada engenharia institucional. Sobretudo em momentos críticos, ela depende da convicção e da exemplaridade democrática dos líderes, da bem-sucedida dissolução de impasses, e sobretudo da demonstração de empenho e competência na solução de problemas práticos que angustiam a sociedade. No Brasil, como disse, a transição do regime militar ao civil teve início sob condições econômicas excepcionalmente adversas, na primeira metade dos anos 80, e sofreu o impacto desolador de seguidos insucessos no combate à inflação, a partir do Plano Cruzado. Mas o País absorveu com sabedoria as seqüelas da polarização eleitoral de 1989, superou galhardamente o trauma do *impeachment* e não sucumbiu ao antagonismo exagerado que se prenunciava para 1994. Este último resultado deve ser creditado ao amadurecimento político da sociedade, ao clima de confiança propiciado pela implantação do impacto inicial do Plano Real, e sem dúvida, também, ao balizamento de civilidade que Fernando Henrique e Lula souberam imprimir à campanha.

A título de conclusão, gostaria de frisar que a convergência a que venho aludindo não diz respeito apenas à conjuntura eleitoral e à presente necessidade de ampla maioria parlamentar para a aprovação de reformas constitucionais. Penso que ela pode ser o começo de um verdadeiro compromisso histórico, isto é, de uma mudança mais profunda e refletida no pensamento dos brasileiros e no relacionamento entre as forças políticas relevantes. Reflete a indispensável atenuação (que não se deve confundir com extinção) das diferenças ideológicas neste final de século: atenuação que permita o melhor aproveitamento possível dos benefícios potenciais da globalização econômica e a realização das reformas sociais internas que todos hoje reconhecemos ser um imperativo ético e condição para a continuidade e plena afirmação do Brasil como nação civilizada. O modelo de desenvolvimento que seguimos durante várias décadas criou ilhas de modernidade industrial num mar de patrimonialismo, favoritismo, inflação e desigualdades sociais intoleráveis.

O compromisso histórico a que me refiro resulta do reconhecimento dessas distorções e reflete, por um lado, a exigência de uma economia mais aberta, com moeda estável e aptidão para competir em escala mundial, e por outro a constatação, por parte do empresariado e dos estratos de alta renda, de que é impensável outro ciclo de crescimento sem forte impulso redistributivo e verdadeiro empenho na melhoria das condições sociais. As mudanças iniciadas pelo atual governo certamente não colocarão o Brasil, da noite para o dia, num patamar aceitável de justiça social, e possivelmente até darão ensejo a frustrações, durante algum tempo, tal a magnitude do problema acumulado. Reorganizar a economia para o crescimento e a criação de empregos, proporcionar ensino básico e saúde de qualidade à maioria da população, resolver conflitos fundiários e redistribuir terra, erradicar focos de desperdício e corrupção que há séculos infestam a administração pública — a lista não tem fim — são desafios para uma geração inteira.

O importante é que, graças ao Plano Real, já superamos a situação de atemorizada paralisia em que nos debatíamos. Nessa luta, o governo FHC conta com um aliado importante: a receptividade que hoje existe em relação a suas propostas de reforma, fruto da reflexão e do debate sobre o esgotamento do modelo antes vigente, entre cujas seqüelas se incluem a deterioração das condições de vida e o debilitamento político dos anos 80, causa determinante de tantos insucessos. Como outros países, o Brasil é uma sociedade dividida por fortes conflitos de interesse, cada grupo empenhando-se (às vezes de maneira brutal) na defesa de sua posição relativa. Apesar disso, ousar dizer que são poucos, entre nós, os verdadeiros *conservadores*, se tomarmos este termo no exato sentido que possuía no espectro ideológico europeu do século passado e início deste. Ninguém, com um mínimo de senso, acha que o *statu quo* social brasileiro pode ser mantido por muito tempo, e menos ainda que *deva* ser mantido, como se encarnasse um ideal ético ou um equilíbrio digno de ser cultivado *ad aeternum*. Há interesses em conflito, e é normal que assim seja; mas há também uma convicção virtualmente unânime de que o país precisa pôr de

novos os pés na estrada, em busca do desenvolvimento sustentável, da redução das distâncias sociais e de um sentimento de cidadania ativo e efetivamente compartilhado. A experiência das últimas décadas demonstra cabalmente que essas aspirações, sempre difíceis de realizar, se transformam em grotescas contrafações quando a realidade cotidiana é a desordem monetária. Eis porque, no meu entender, o Plano Real pode ser o elemento catalisador do nosso emergente compromisso histórico.

O REAL E A CREDIBILIDADE EXTERNA

Rubens Ricupero^(*)

Moeda e soberania são inseparáveis como alto e baixo, côncavo e convexo, dentro e fora, ou, para voltar à velha metáfora do dinheiro, como cara e coroa. Não é à toa, me dizia Marcílio Marques Moreira anos atrás, que em alguns países chamavam a moeda de soberano, *sovereign*.

Os últimos doze meses demonstraram que a verdade, embora antiga, continua nova. E, ao contrário do que pensam os defensores de uma exagerada singularidade brasileira, vale tanto ao sul como ao norte do Equador.

Como outros colegas do serviço diplomático, senti essa experiência na própria pele. Fui transferido de Genebra para Washington como embaixador em meados de 1991, quando a tentativa de estabilização do Governo Collor vacilava mas não era ainda uma causa perdida. Cheguei com a esperança de não passar todo o meu tempo

(*) Rubens Ricupero, Professor da Universidade de Brasília, ex-Ministro da Fazenda, é Embaixador do Brasil em Roma.

apenas apagando incêndios ou, como se diz no jargão profissional, restrito a um trabalho de contenção de estragos, de *damage control*.

Logo vi que os sonhos de realizar obra construtiva se esfacelavam diante do incomensurável desprestígio gerado por uma inflação monstruosa e aparentemente inconquistável. Em toda a parte, seminários, conferências, debates, já me preparava em tensão permanente para responder a comparações desprimorosas, a comentários depreciativos.

Na época, a rainha do baile era o México, em pleno processo de negociação do Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos e o Canadá. As outras vitrinas de sucesso eram o Chile, a Argentina, a Venezuela antes da queda de Carlos Andrés Pérez. O Brasil comparecia invariavelmente como o “homem doente” do Continente, uma espécie de Império Otomano das Américas, corroído até a medula pela corrupção desfibradora e por uma inflação crônica além de qualquer esperança de redenção.

Em vão procurávamos, meus colegas e eu, reagir contra essa visão unidimensional e empobrecedora. Lembro-me, em fins de 1992, que, ao abrir seminário do Inter-American Dialogue com a presença do Ministro do Exterior Fernando Henrique Cardoso, procurei pôr a audiência em guarda contra o perigo dos estereótipos. Vinte anos antes, contei a meus convidados, eu chegava a Washington após a visita do Presidente Médici e de todos os interlocutores ouvia variantes da frase de Nixon segundo a qual, para onde se inclinasse o Brasil, para lá seguiria a América Latina. A inflação baixa, o crescimento a taxas de 11, 12 por cento ao ano faziam com que se fechassem os olhos para a falta de liberdade, a tortura, os desaparecimentos.

Passadas duas décadas, voltando aos Estados Unidos, encontrava o mesmo estereótipo, só que de cabeça para baixo. O critério do julgamento continuava o mesmo: a taxa inflacionária, a de crescimento, a velocidade das reformas. O que mudara era apenas o desempenho do Brasil, que passara de primeiro a último da classe.

De nada ou pouco adiantava apontar para a democracia de massas de mais de noventa milhões de eleitores, embora de massas pobres, de pouco acesso à informação, ainda assim democracia. Ou como ela havia permitido afrontar em paz e dentro da lei a morte de Tancredo e o *impeachment* de Collor, catástrofes capazes, cada uma isoladamente, de submeter à dura prova a mais sedimentada das democracias.

Recheado de citações de Alain Touraine e de Jorge Castañeda, o apelo não podia deixar indiferente a sofisticada inteligência dos ouvintes do Inter-American Dialogue. Mas não passava disso, um bom achado acadêmico, um *tour de force* intelectual. Via-se bem que o argumento apenas deslizava, sem penetrar, por sobre a armadura mais inabalável do que o marxismo, o materialismo praticante da intelectualidade ocidental para a qual “nothing succeeds like success”, nada tem tanto sucesso como o próprio sucesso.

Esta longa circunvagação serve ao menos para mostrar que, se o prestígio foi sempre elemento importante do poder, ele hoje provém mais do desempenho econômico que da posse dos meios da força militar. A Coreia do Sul do milagre exportador vale mais do que a Coreia do Norte armada até os dentes, a glória militar do Vietnã não adiantou muito aos vitoriosos vietcongs, hoje os mais recentes matriculados na escola de tigres asiáticos onde se diplomaram os vizinhos malásios e tailandeses. A estrela do Chile brilha mais que a de Cuba e se, em nossos dias, a China desperta mais admiração do que a Rússia, não é nem pela população maior nem pelo poderio militar ainda muito inferior, nem mesmo pelas relíquias de um marxismo cada vez menos convincente, mas simplesmente por uma economia bem mais dinâmica.

O critério pode não ser justo ou, como penso, será apenas parcialmente justo. Isso, porém, não muda nada. Não impede, por exemplo, que as condições básicas fixadas pelo Tratado de Maastricht para quem quiser entrar na terra prometida da união européia se refiram ao comportamento das variáveis econômicas: inflação quase inexistente, déficit em vias de desaparecimento, redução

substancial da dívida pública. Os que não consigam credenciar-se a saltar o alto sarrafo fixado pelos severos juizes do Bundesbank terão de resignar-se às trevas exteriores, com ou sem choro e ranger de dentes mas seguramente sob o desprezo votado aos meridionais, mediterrâneos e demais *under-performers*.

Se assim é, e poderíamos multiplicar as evidências, fosse isso necessário, a criação de uma moeda estável aparece, no caso do Brasil, como a pré-condição para o acesso a uma economia mundial cada vez mais competitiva e exigente. As administrações econômicas que se sucederam fizeram todas sua parte: combate anti-inflacionário, redução do déficit público, abertura comercial, acumulação de reservas, consolidação dos grandes passivos. Foi, contudo, a introdução do Real em 1º de julho de 1994 que deu ao país o bilhete para entrar no clube mais exclusivo, onde se ingressa, não para descansar e desfrutar, mas para competir e disputar. A moeda não é mais do que o cacife para ser admitido a um jogo que apenas começa e cujo resultado está longe de assegurado.

Para continuarmos presentes à mesa de jogo o primeiro requisito é consolidar a estabilidade macroeconômica. Pelos padrões internacionais a inflação brasileira pode ter deixado de ser uma aberração selvagem, mas continua em níveis intoleráveis. Quando na Europa se fixam metas de 2,5 por cento ao ano ou na Argentina, nosso principal parceiro no Mercosul, já se chega a 4 por cento, não podemos nos acomodar com taxas de 2 por cento ou mais ao mês. Sobretudo porque a classe dirigente, sempre excessivamente embebida entre nós pela cultura do prazer (o próprio, obviamente) e da indisciplina, não se curou da indulgência histórica em relação à inflação. Em contraste com alemães (e argentinos), curados do vício pela quase *overdose* da hiperinflação, muitos no Brasil ainda jogam dopados e sentem a permanente tentação de abandonar a partida no primeiro tempo. “Ai, que preguiça”, como diria Macunaíma...

A verdade é que, longe de amolecer, a disputa fica mais e mais difícil. Fazer desabar a inflação dos quase 80 por cento ao mês

projetados para os últimos tempos da URV para os níveis atuais foi menos complicado do que será forçá-la abaixo dos dois dígitos anuais a partir de agora (veja-se, por exemplo, o número de anos que isso tem custado ao Chile).

Não se poderá recorrer indefinidamente a uma política monetária de aperto do crédito e juros altos, nem a uma política fiscal de repressão de gastos orçamentários. Chegou finalmente o momento de fazer o que se iniciou sob tão bons auspícios no Brasil: a modernização estrutural do Estado e da economia que crie, através das emendas constitucionais e reformas no âmbito do Executivo, as condições permanentes de uma economia sem déficit público, impulsionada pelo dinamismo do setor privado.

O comportamento modelar do Congresso nas semanas recentes, o exemplo diariamente renovado de eficiência, rapidez e objetividade no encaminhamento das emendas fez mais pela imagem brasileira do que teriam feito milhões de dólares de propaganda oficial e relações públicas. Até então, os observadores e mercados estrangeiros se reservavam seus prognósticos finais. Aplaudia-se o êxito inicial do Real, a baixa da inflação, mas, à luz do insucesso ainda fresco da revisão constitucional e da rotina de um relacionamento problemático com o Congresso, o júri formado pelos analistas internacionais mantinha sua indecisão. Não faz muito tempo, em 17 de maio de 1995, o *Financial Times* abria o suplemento especial sobre o Brasil com a seguinte manchete de artigo de Angus Foster: “Os planos de reforma se chocam com obstáculos políticos” e o subtítulo, “O novo Presidente prometeu mudanças econômicas e sociais, mas um sistema emperrado e freqüentemente corrupto lhe bloqueia o caminho”. É difícil imaginar que a esta altura, há menos de um mês e meio do artigo, o arguto correspondente do *Financial Times* lhe mantivesse o título e o tom geral.

Não quer isto dizer que aqui, da mesma forma que sucede com a inflação, a partida já esteja ganha. Falta muito ainda: completar as votações em dois turnos no Senado, preparar e votar as leis reguladoras ordinárias. Falta, sobretudo, o principal, o mais intrin-

cado, o momento da verdade: a reforma do sistema tributário e fiscal e a da Previdência Social. A primeira será o teste por excelência da capacidade do setor de planejamento do Executivo de levar a bom termo aquilo que constitui sua razão de ser: preparar tecnicamente as propostas orçamentárias e tributárias e negociar politicamente com o Congresso, os Estados e Municípios, as bases de um novo pacto federal de repartição de recursos e transferências de atribuições. A segunda vai até além em matéria de dificuldade, pois envolve a edificação de um consenso amplíssimo capaz de abranger os milhões de brasileiros de todas as condições, cujas esperanças e temores são profundamente afetados sempre que se fala em mexer na Previdência. É um desafio para espantar até os temerários, mas não é impossível: a Itália acaba de realizar parte da proeza, ao completar com os sindicatos de trabalhadores e empresários a negociação de um texto de reforma ora submetido ao Parlamento. É interessante para mostrar como já não existem hoje fronteiras definidas entre o doméstico e o internacional, que a notícia do êxito da negociação estourou como o detonador de um movimento de valorização da lira e das ações italianas nas bolsas do mundo inteiro.

A razão da intercomunicação das esferas do interno e do externo é simples. Os analistas internacionais de mercado sabem que a permanência e irreversibilidade de reformas introduzidas pelo Executivo como a do Real irão depender do consenso das forças políticas representadas no Congresso e este, por sua vez, há de refletir, em última análise, o consenso e o apoio da sociedade como um todo. Em nações industrializadas esse consenso está cada vez mais estabelecido como o prova o desaparecimento virtual de alternativas radicais de política econômica (ver, por exemplo, o ocorrido com a prática governamental dos socialistas espanhóis de Felipe González, com a mudança da plataforma do Labour Party britânico por Tony Blair ou o paradoxo ainda mais surpreendente da política econômica de Mitterand). Perto de nós, o Chile parece ter chegado a esse consenso conforme indica a quase monotonia das sucessões presidenciais chilenas e o mesmo pode já ter acontecido na Argentina. No Brasil ainda não chegamos lá, mas certamente estamos a

caminho. Aliás, era isso mesmo que dizíamos, um ano atrás, no lançamento do Real. Naquela ocasião lembrávamos que, ao contrário do postulado pela sabedoria convencional, não era a revisão constitucional que viabilizaria o êxito do Real, mas sim o inverso: o sucesso inicial da nova moeda é que iria gerar o clima de mudança de mentalidade que haveria de abrir o caminho às reformas. Desde então, o que vem ocorrendo no país só faz confirmar essa esperança.

Torna-se claro, portanto, que foram duas as principais implicações do Real para a projeção e integração do Brasil no mundo. A primeira e mais importante, pois condiciona o resto, foi o resgate da soberania. Ao restituir ao Executivo a capacidade de atuar de forma decisiva sobre a economia, o plano devolveu ao Brasil a condição da possibilidade de plasmar seu próprio destino. A segunda, consequência e desdobramento da primeira, foi habilitar o Executivo, o Legislativo e os setores econômicos a tomarem as decisões necessárias para que o país não fique à margem do processo global de unificação de mercados e adquira as condições de competir a fim de beneficiar-se dessa tendência.

Tem-se comentado com frequência que o Real voltou a dar ao Brasil a possibilidade de esboçar um novo projeto de país em termos dos seus elementos de constituição interna. Fala-se pouco, todavia, de uma outra dimensão inseparável da primeira: a recuperação de um mínimo de potencial de ação autônoma no plano externo. Esse elemento, no entanto, faz parte da medula mais profunda do plano e está na raiz, ao lado de outras razões, da decidida opção em favor de uma moeda nacional, própria, símbolo e condição da soberania e pela rejeição do automatismo de esquemas como o do *currency board* e da dolarização, de que fomos equivocadamente acusados. Disso posso falar com alguma autoridade pessoal, pois participei, junto com os demais membros da equipe, da discussão e definição das opções em matéria de moeda e câmbio, ocorridas, no essencial, nos meses de abril e maio de 1994. E não esperamos até agora para revelar as razões de nossa escolha, já que nas entrevistas e artigos divulgados na ocasião falamos abertamente e de público sobre essas

razões. (Aproveito para esclarecer que, ao usar neste escrito da primeira pessoa do plural, não estou exercitando o plural majestático, mas simplesmente dou ênfase ao caráter coletivo, solidário e democrático da ação desta esplêndida equipe econômica à qual me honro de ter pertencido um dia.)

A maior e mais despercebida das conseqüências tangíveis dessa autonomia foi a mudança no método de relacionamento com os organismos financeiros internacionais, sobretudo com o Fundo Monetário Internacional e com autoridades financeiras, como as do Tesouro norte-americano. Peço aqui permissão para inserir uma nota pessoal, pois justamente por ser diplomata de carreira, com 36 ligados ao Itamaraty, tive talvez, paradoxalmente, consciência mais aguda da necessidade dessa mudança do que outros companheiros de trabalho. Com efeito, a experiência de Washington me fez adquirir uma aversão invencível pela romaria de delegações de ministros e presidentes do Banco Central que se sucediam incansavelmente, a cada mudança no Ministério da Fazenda, a fim de explicar ao FMI, ao Banco Mundial, ao Tesouro, como e porquê a nova equipe teria mais sorte do que a anterior e faria finalmente o milagre de reconduzir a economia brasileira ao caminho da virtude.

Não culpo os funcionários internacionais pela incapacidade de esconderem ou disfarçarem o ceticismo que transparecia às vezes explicitamente em comentários como o que ouvi uma vez de velho ocupante do *Brazilian Desk* de um desses organismos. Após recitar-me a interminável contabilidade de todas as missões brasileiras com que havia trabalhado desde 1982, esse antigo e cansado burocrata concluiu: "Todos, com variantes de estilo e personalidade, disseram e prometeram as mesmas coisas. Todos falharam. Dê-me agora alguma boa razão para crer que desta vez será diferente". Ou, como em outra ocasião, ao ouvir de um ministro nosso a explicação de que os resultados escassos se deviam exclusivamente aos três meses em que se encontrava no cargo, o excelente Lewis Preston, recentemente desaparecido, homem honrado e sólido, pouco propenso a ironias, invariavelmente cortês e respeitoso, não se conteve

e exclamou: — “Is that a record in Brazil?” — (“Trata-se de um recorde no Brasil?”).

Julguei, assim, melhor abster-me de viagens ao exterior e não fui nem à reunião de Marrakesh que concluiu, em abril de 1994, a Rodada Uruguai do GATT, nem no mês seguinte à reunião do FMI — Banco Mundial em Washington. Achei preferível esperar pela introdução da nova moeda antes de retomar os contactos e poder enfim apontar não para as intenções subjetivas, que só poderão ser conferidas no Juízo Final, mas para resultados concretos indiscutíveis. Tal decisão se inseria, aliás, na lógica do comportamento seguido desde os períodos anteriores e que havia conduzido à conclusão das negociações da dívida com os bancos privados de forma absolutamente original e sem precedentes. De fato, ao contrário do sucedido com o México, a Argentina e os demais países cumpridores de todas as etapas dos planos Baker e Brady, fomos os únicos devedores que não puderam contar com os substanciais recursos do FMI, do Banco Mundial, de outros organismos e do Governo norte-americano para adquirir os bônus do Tesouro apresentados como garantia de pagamento da conversão da dívida. Os recursos para a aquisição dos bônus saíram, como é sabido, de nossas reservas. Se assim o fizemos, não foi tanto por virtude mas por necessidade. Não conseguimos, efetivamente, celebrar com o Fundo Monetário o acordo de condicionalidade plena reputado indispensável para obter as bênçãos do Tesouro e dos demais organismos. Não é que não o desejássemos. Ocorre apenas que as condições do Fundo, sobretudo, mas não exclusivamente, as relativas à obrigação de gerar um superávit operacional significativo, poderiam ser teoricamente corretas (não afirmo que o sejam) mas estavam obviamente além do que era politicamente exequível nas circunstâncias de anos difíceis como os de 1993 e 1994.

Se me estendi longamente sobre isso, foi por dois motivos. O primeiro é porque a coragem e a capacidade de Pedro Malan, único negociador a atravessar incólume o *impeachment* de um presidente, e o apoio que lhe foi dado pelo Ministro Fernando Henrique

Cardoso e pelo Presidente Itamar Franco, não foram suficientemente reconhecidos e valorizados na sua dimensão de caminho original e, pode-se dizer, autenticamente nacionalista. O segundo motivo é porque o episódio põe em relevo precisamente esse aspecto de singularidade, de especificidade, de divergência em relação ao padrão seguido pelos demais. A primeira vez que fiz este comentário de público foi num debate na FIESP. Disse então que era como se o Brasil se tivesse inspirado no famoso lema das lutas pela unificação italiana: "L'Italia farà da sè". Em realidade, acrescentei, os italianos contaram com a ajuda de Napoleão III. Nós, como não dispomos das 30 mil ogivas nucleares da Rússia, tivemos de salvar-nos sozinhos. Na ocasião, um dos meus amigos e colaboradores, mais dotado do que eu da virtude da prudência, aconselhou-me a não repetir a observação, embora verdadeira. Senti no conselho o eco de um outro sábio conselho do Barão do Rio Branco: "Há vitórias que não se devem comemorar". Se ainda assim evoco o caso não é por temeridade, mas apenas por ele mostrar, melhor do que o faria outro argumento qualquer, a verdade do dito acima. Isto é, foi o êxito do Real e da política econômica seguida antes e depois que permitiram ao Brasil "*get away with it*", como se diz nos Estados Unidos, ou em vernáculo, "safar-se impunemente" de uma negociação difícil, sem pagar o preço exagerado que nos queriam cobrar. É óbvio que existe o reverso da medalha. Num aperto como o provocado pela crise mexicana, temos menos possibilidades (para usar um eufemismo) do que os argentinos de socorrer-nos da solidariedade do Fundo e do Banco Mundial, como fez recentemente o Ministro Cavallo ou da solidariedade do Tesouro americano, como antes haviam feito os mexicanos. Teremos de continuar a safar-nos sozinhos, o que explica, por exemplo, certas decisões como as relativas ao comércio exterior, quando ditadas pela necessidade imperiosa de evitar uma crise de balanço de pagamentos e apenas pelo tempo necessário a vencer essa contingência.

Se a primeira implicação do Real foi a devolução ao país da capacidade de tomar o seu destino em suas próprias mãos, como vimos no relacionamento com a comunidade financeira internacio-

nal, a segunda, decorrente desta, tem sido a de dar-lhe a auto-confiança subjetiva e as condições de possibilidade objetivas para abrir-se ao mundo e competir. Nesse sentido, nada mais acertado do que iniciar a reforma constitucional pelos capítulos que afetam de forma mais direta as relações com a economia internacional: o fim da discriminação entre empresa nacional e estrangeira, a abertura do sub-solo e navegação de cabotagem a capitais externos, a flexibilização de monopólios como o das telecomunicações e do petróleo.

Em termos um tanto esquemáticos, são quatro os elementos com que a economia internacional pode contribuir a fim de complementar os recursos internos indispensáveis ao desenvolvimento: investimentos, empréstimos, mercados e tecnologia. Os investimentos diretos ou capitais de risco vêm-se tornando cada vez mais o fator dinamizador do crescimento mundial, preferível de longe à acumulação de dívida *plus* desenvolvimento autárquico, como se fez nos anos 70 e 80, com as consequências conhecidas. Ainda mais porque numa economia crescentemente globalizada e de acentuada presença das empresas transnacionais, o investimento estrangeiro direto arrasta consigo os financiamentos (dada a interpenetração de estruturas produtivas e financeiras), a tecnologia (que raramente se vende ou aluga nos mercados) e os próprios mercados comerciais, uma vez que o comércio intrafirma já responde em alguns setores industriais por mais de um terço das trocas totais.

Foi por compreender essa realidade que países como a China não hesitaram em voltar as costas a um modelo econômico ultrapassado e a conceder vantagens atrativas às transnacionais que se instalaram nas zonas costeiras meridionais daquela nação. A China primeiro, os europeus do antigo “socialismo real” em seguida, o Vietnã mais recentemente, perceberam, um após o outro, que a unificação dos mercados em escala planetária é, no fundo, um fenômeno de consequências ainda mais revolucionárias do que a dimensão política da queda do Muro de Berlim, da desintegração da URSS e do desaparecimento virtual da alternativa marxista-leninista disponível desde 1917. A rigor, até dentro de uma linha de

leitura mais próxima do marxismo, a integração das economias mediante a globalização da produção e a abolição gradual das barreiras à circulação de bens e serviços é um fenômeno ligado à dinâmica das forças da infra-estrutura produtiva, determinante, por isso, dos demais. Mas essa globalização conduz também à chamada “integração profunda”, à “convergência sistêmica” das normas sobre serviços (inclusive bancos e seguros), propriedade intelectual, investimentos, regimes de competição, padrões ambientais e trabalhistas. Já não se negociam exclusivamente as medidas de fronteira (tarifas, barreiras não-tarifárias) do tempo em que o GATT se ocupava apenas da “integração rasa”.

É nesse terreno que no Brasil do Real resta muito ou quase tudo a fazer, já que a obra de liberalização iniciada a partir de 1988 se concentrou sobretudo nas tarifas e barreiras não-tarifárias. A agenda da desregulamentação e da abertura em serviços continua sobrecarregada e as resistências à mudança não devem ser subestimadas.

Seria uma ilusão, porém, pensar que o êxito inicial do Real e o peso específico do mercado brasileiro bastarão por si sós para nos assegurar os investimentos necessários (disputados, ao mesmo tempo, por países igualmente continentais como a China, a Índia, a Rússia) e nos dispensarão de prosseguir na estrada da abertura. Ilusório, sobretudo, porque foi a abertura comercial o fator principal a garantir, por um ano, o sucesso do primeiro programa brasileiro de ajuste lançado num contexto de liberalização do mercado. Sem a possibilidade de importar rapidamente e a preços mais baixos não teria sido viável obter a redução das pressões inflacionárias e o atendimento do natural e esperado aumento da demanda. A abertura comercial não deve ser responsabilizada pelo rápido acréscimo das importações e pelo déficit comercial. A abertura não passou, em verdade, do instrumento de algo mais amplo, de uma política de proteção ao consumidor, de controle da inflação através da exposição de setores oligopolizados à competição externa, de “choque de competitividade” capaz de permitir à indústria importar bens de

capital e melhorar a produtividade e qualidade dos produtos. Aproveitando o espaço aberto pela liberalização, outros fatores iriam, inevitavelmente, desencadear um crescimento das importações até então reprimidas. Dentre tais fatores cabe destacar o aumento da demanda consequente à estabilização e a “âncora cambial”. À luz das circunstâncias favoráveis vigentes até fins de 1994, em particular a disponibilidade de recursos financeiros no mercado internacional e o elevado nível das reservas, havia margem de manobra para que o setor externo desse uma contribuição à prioridade maior: a estabilização da economia.

A partir de dezembro de 1994, a crise mexicana veio a alterar o pressuposto da disponibilidade de capitais capazes de compensar a reversão da tendência da balança comercial. Como não podíamos, pelas razões acima apontadas (contra-partida inevitável da maior autonomia), recorrer aos remédios utilizados pelo México e a Argentina, só nos restava a necessidade de tomar por nós mesmos as medidas de correção temporária de rumos. A partir da crise mexicana — e na medida em que o uso da “âncora cambial” ainda se faz necessário como parte do processo de estabilização — o Governo viu-se na contingência de adotar medidas para conter o aumento de importações (e do consumo em geral). No campo externo, excluída a hipótese de provocar a volta da instabilidade cambial e do recrudescimento inflacionário, restava o caminho de algumas medidas comerciais de emergência, como mal menor de duração estritamente limitada, como, aliás, tiveram igualmente de fazer mexicanos e argentinos.

O Governo tem reafirmado o caráter temporário dessas medidas, e ressaltado sua necessidade como instrumento para assegurar o equilíbrio das contas externas, peça fundamental do esforço de estabilização conduzido desde a adoção do Plano Real. Assim, seria incorreto ver nelas qualquer intenção de reverter a política de abertura comercial. Nada, de fato, mais equivocado e ineficaz do que um intento desse tipo, caso existisse, uma vez que restrições às

importações jamais funcionam, a longo prazo, como instrumento para corrigir desequilíbrios provocados por defasagens cambiais.

Impõe-se, com efeito, numa situação como essa, uma estratégia que vise a evitar dois extremos igualmente perniciosos. De um lado, a tentativa vã de buscar camuflar um problema cambial mediante a criação artificial de um colchão tarifário protetor que será rapidamente erodido pela contínua elevação dos preços internos, anulando a proteção adicional. De outro, procurar estimular as exportações e inibir as importações pelo recurso ao remédio aparentemente fácil das contínuas desvalorizações cambiais que apenas mascaram a falta de competitividade do setor exportador e tornam impossível o controle interno da inflação. A estratégia correta deve completar-se com o avanço simultâneo em todas as frentes: 1º) facilitando, como se vem fazendo, a importação de bens de capital, alimentos e matérias primas; 2º) completando a estabilização por meio das reformas constitucionais e de medidas que evitem o consumo excessivo e 3º) adotando uma política de competitividade que ataque os problemas estruturais de setores como o têxtil, de calçados, automobilístico e outros, em lugar de adiar-lhes a solução com medidas de alívio cambial ou tarifário.

Manter o compromisso com a abertura do mercado, aprofundá-la no setor de serviços, do qual dependerá a preservação da competitividade até mesmo nos produtos manufaturados e primários (devido aos problemas do chamado "custo Brasil") é o primeiro desafio deste momento difícil em que a credibilidade do plano se vê submetida a provas inesperadas. O segundo desafio é consolidar o Mercosul, o mais importante projeto de diplomacia econômica em que o Brasil se envolveu nos últimos 10 anos, base de um prestígio acrescido junto às potências comerciais européias, asiáticas e norte-americanas, plataforma para a integração com o Grupo Andino e o Chile e para uma zona de livre comércio com o Nafta.

A credibilidade, porém, não depende apenas de fatores econômicos e comerciais. O que, desde o primeiro momento, distinguiu o Plano Real foi a transparência, a previsibilidade, a ausência de

choques, logros e surpresas. Previsibilidade não significa, é óbvio, que tudo se passará como sonhamos. Haverá e já está havendo muita pedra no caminho. Por saber dessas pedras sempre acentuamos que havíamos tido um bom começo, o que era melhor do que um mau começo, mas não passava disso: o início do princípio de uma longa estrada. Haverá altos e baixos, abalos e sacolejões, atalhos e até recuos táticos. O caminho, contudo, terá de ser invariavelmente o traçado pela democracia. Não se realça bastante que, à diferença do Chile, por exemplo, onde o essencial do ajuste foi obtido sob regime autoritário, o projeto brasileiro e o argentino estão dentre os raros cumpridos integralmente sob regime democrático. Em nosso caso, tem sido o mérito, primeiro de Itamar Franco, depois de Fernando Henrique Cardoso, mantê-lo rigorosamente dentro desse traçado. Pois ambos deixaram sempre claro que a meta final ia muito além da estabilização e da prosperidade. No final da estrada, esperam eles, a equipe e esperamos nós, deveremos chegar à justiça, à compaixão efetiva com os milhões de pobres, à realização dos ideais de direitos humanos e desenvolvimento ecológicamente sustentável que, nos dias atuais, tomaram o lugar das ideologias, às vezes até das religiões, para definir eticamente a posição do indivíduo diante dos valores e da vida. O Real, nome inspirado, deu-nos a possibilidade de ver de olhos abertos a nossa realidade e de tentar mudá-la. Ao chegar ao fim da estrada, seremos julgados pela maneira como tivermos tratado a parte mais vulnerável dessa realidade: as crianças abandonadas, os índios, os trabalhadores rurais, a legião de brasileiros pobres de bens mas ricos de esperança e de fé.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

Edição comemorativa do primeiro ano de implantação do
Plano Real
1ª de julho de 1995

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1995, COM UMA TIRAGEM
DE 2.000 EXEMPLARES

